

Presidente diz não às despesas de fim de ano

Com o objetivo de "coibir despesas à conta de recursos públicos", estão proibidos nos órgãos das administrações direta e indireta do Governo Federal a "aquisição, confecção e expedição de cartões de Boas Festas" e a "promoção de almoços ou jantares de confraternização". A ordem, do próprio presidente José Sarney, foi dirigida ontem a todos os ministros de Estado e dirigentes de estatais através de telegrama-circular expedido pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

No telegrama, Costa Couto argumenta que "tais manifestações

de congratamento podem, evidentemente, ser realizadas, dentro do espírito natalino, sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional, nem para o orçamento das entidades da administração indireta". A ordem do Presidente, na verdade, é já uma tradição à véspera das festas natalinas e seu acatamento nunca é observado.

O próprio Palácio do Planalto, ano passado, depois da expedição de um telegrama-circular nos mesmos termos, encarregou-se de confeccionar e distribuir, a título de mensagem natalina, um livro com as realizações do Governo ao longo do ano.

Defensores de novo sistema querem reagir

O grupo de constituintes que defende a adoção do sistema parlamentarista de Governo e que é presidido pelo senador peemedebista Nelson Carneiro se reunirá até o final da semana para avaliar as consequências da articulação de governadores e do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, na defesa da preservação do sistema presidencialista.

Pessoalmente, Nelson Carneiro afirma não ter dúvidas de que o plenário da Constituinte ratificará a decisão da Comissão de Sistematização, favorável ao parlamentarismo, e não demonstra maior preocupação com a anunciada participação de Ulysses nos esforços pelo presidencialismo.

Experiente

"O dr. Ulysses é um político experiente. Não vai remar contra a maré" — observou o senador fluminense, para minimizar as informações sobre o empenho do presidente da Constituinte na preservação do atual sistema de governo.

Nelson Carneiro entende que só a adoção do parlamentarismo criará condições para as reformas estruturais reclamadas pela sociedade e que no presidencialismo "só muda o Presidente e a mentalidade é sempre a mesma".

Ao contrário de Nelson Carneiro, a deputada pernambucana Cristina Tavares, também defensora do parlamentarismo, acha que ainda é cedo para avaliar a repercussão do trabalho que os governadores vêm realizando em defesa do presidencialismo.

Arraes propõe pacto pela Carta

Brizola diz que desafiará a nova Carta

O ex-governador Leonel Brizola pretende insurgir-se contra a futura Constituição caso se confirme a adoção do sistema parlamentarista de Governo. De acordo com Brizola, nem mesmo o artigo da nova Carta que proíbe a mudança do sistema cinco anos após sua promulgação o impedirá de lutar contra a adoção do parlamentarismo.

Brizola afirmou ontem, em Porto Alegre, que pretende disputar a eleição à Presidência da República com o objetivo de liderar uma campanha destinada a derrubar o parlamentarismo, usando a via popular, mesmo com a existência do dispositivo que impede a mudança de sistema por cinco anos: "Esse será um ato de força contra o qual mobilizaremos o povo, com razões muito mais fortes, dando legitimidade para declarar nulas estas decisões", observou Brizola. O ex-governador também defendeu a realização de eleições gerais em 1988, mas admitiu que será muito difícil os parlamentares e governadores concordarem com essa proposta.

"Se o parlamentarismo for aprovado, vou pedir ao meu partido e a meus amigos que me lancem candidato, para que eu sirva de instrumento do povo para derrubar essa impostura", disse Brizola. O ex-governador afirmou ter know-how e experiência, "pois já derrubei um parlamentarismo antes" — referência à queda do parlamentarismo, em 1962, através do plebiscito, em campanha por ele, liderada.

Brizola ainda admite a realização de um plebiscito, para que o povo possa opinar sobre o sistema de Governo ideal para o Brasil.

Necessidade

Brizola admitiu sua candidatura apenas se for criada uma "necessidade social" para que isso ocorra. Mas negou que esteja estudando uma coligação com o general Figueiredo. Ele aceitaria porém, de bom grado, uma associação com o PT, embora diga que nada existe ainda de concreto.

Brizola disse, que o seu grande confronto será com o PMDB, que ele considera o grande responsável pela confusão reinante no País.

"O povo brasileiro vai esgotar o PMDB como fez com a Arena em 1974", lembrou Brizola.



O senador paranaense diz que quadro político é caótico

Richa defende acordo amplo, mas sem Sarney

São Paulo — O senador José Richa (PMDB-PR) está defendendo um pacto político que resulte em um governo forte, que reverta o grave quadro político-econômico brasileiro e que conquiste a confiança popular. Richa não inclui, nesse pacto, o presidente José Sarney, motivo pelo qual defende a implantação do parlamentarismo em março do próximo ano, já que esse acordo seria difícil de sair no regime presidencialista.

Foi essa a proposta que Richa defendeu ontem no Palácio dos Bandeirantes, durante encontro que manteve com Orestes Quêrcia. Richa não quis revelar a reação do governador paulista, mas deixou claro que de nada adianta se pensar em eleições para a Presidência da República, se antes não for feita uma avaliação correta da situação do País, e ao mesmo tempo, se elaborar uma estratégia para o futuro governo.

A análise da atual situação do

País feita pelo senador José Richa demonstra, segundo ele próprio, a impossibilidade de se tentar manter um entendimento com o atual Governo Federal; "dentro da minha ótica, o quadro político é de caos, é impossível se costurar com esse Governo um entendimento político que possa dar sustentação a qualquer tipo de plano econômico-administrativo.

Por isso, Richa defende a necessidade de se promover um pacto político, deixando claro que Sarney, para ele, é um obstáculo para a elaboração de qualquer estratégia: "o primeiro obstáculo para a concretização desse pacto é o próprio governo, que está absolutamente refratário aos entendimentos. Acho que houve uma porção de erros estratégicos cometidos pelo Governo, começando com a anexação do mandato presidencial, com os anúncios espetaculares de reformas administrativa e ministerial".

Recife — Defensor de um entendimento nacional em torno da Constituinte, como saída para a crise do País, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que é possível um acordo com os empresários com os trabalhadores. O empresário, segundo Arraes, estão bastante acessíveis à manutenção das conquistas dos trabalhadores, "desde que elas não ameacem ou imobilizem as atividades econômicas". O governador teve um encontro com empresários em São Paulo, na última sexta-feira, entre eles o presidente da Federação das Indústrias do estado de São Paulo, Mário Amato e o industrial Cláudio Bardela.

"A reunião foi bastante satisfatória e pretendo conversar com alguns companheiros para que se promova esse entendimento", afirmou o governador. Segundo ele, as atenções agora devem se voltar para "o entendimento amplo da sociedade", e não para o sistema de governo, "porque depois a gente bota um Imperador, um Presidente, ou um Primeiro-Ministro para governar" — afirmou sorrindo. Arraes, no entanto foi firme ao condenar a convocação de eleições gerais no próximo ano: "Não vamos abrir mão daquilo que foi conquistado dentro das regras do jogo estabelecido pela própria ditadura".

O governador recordou que na década de 70 "se disse que iam ter uma abertura lenta, gradual e segura. Ela tem sido lenta, gradual e longa. Em 1986, a segurança daqueles que prometeram a abertura foi abalada pelo povo, e a abertura já não convém mais a essas pessoas. Mas a nós convém ter a segurança que o povo nos deu nas urnas". A segurança do mandato, de acordo com Arraes, conseguido nas últimas eleições, garantirá a continuação da abertura.

Ao justificar um programa mínimo do PMDB, "com questões econômicas concretas e não apenas institucionais, Arraes disse que o partido deve, por exemplo, combater a criação de Zonas de Processamento de Exportação, "pois elas serão um entrave ao crescimento industrial do País".

O governador falou com desdém ao responder a pergunta sobre se irá ou não a reunião da Sudene, na próxima sexta-feira: "Vou ver a minha agenda. Se não houver projeto pernambucano vou decidir se compareço ou não". Ele negou qualquer articulação para que os governadores compareçam a Sudene e procurou minimizar o episódio:

"Presidente nomeia quem ele quer", disse referindo-se ao novo superintendente da Sudene.